



12	54	ERICK JOSÉ PINHEIRO PIMENTA	JAGUARIBE	2ª VARA
13	55	FREDERICO AUGUSTO COSTA	JIJOCA DE JERICOACOARA	VARA ÚNICA
14	56	LIANA ALENCAR CORREIA	MONSENHOR TABOSA	VARA ÚNICA

DADO E PASSADO NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 09 de fevereiro de 2022.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 01/2022

CEDENTE: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; **CESSIONÁRIO:** MUNICÍPIO DE SABOIEIRO/CE; **OBJETO:** ceder, a título gratuito, o imóvel destinado à residência oficial de magistrado da Comarca de Saboeiro/CE, localizado à Rua Vereador Elízio Florentino, s/n, no Bairro Centro, no Município de Saboeiro/CE; **DATA DE ASSINATURA:** 27 de janeiro de 2022.; **SIGNATÁRIOS:** Des. Maria Nailde Pinheiro Nogueira e Marcondes Herbster Ferraz.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 117/2021

CONVENENTES: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ UNIVERSIDADE DE FORTALEZA-UNIFOR, mantenedora da UNIVERSIDADE DE FORTALEZA – UNIFOR, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ através da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA; **OBJETIVO:** criação e instalação de extensão do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC do Fórum Clóvis Beviláqua, nas dependências da UNIFOR, doravante denominado CEJUSC/UNIFOR com vistas a promover a solução pacífica dos conflitos meio da conciliação e mediação, com ATUAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL EM DEMANDAS DE FAMÍLIA E CÍVEL, bem como a IMPLANTAÇÃO DAS OFICINAS DE PARENTALIDADE, nos termos da Resolução nº 125/2010 do CNJ, excetuadas as audiências previstas no art. 334 do CPC/2015; **VIGÊNCIA:** 24 (vinte e quatro) meses **DATA DA ASSINATURA:** 21 de julho de 2021; **SIGNATÁRIOS:** Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, Desembargador Carlos Alberto Mendes Forte, Fátima Maria Fernandes Veras, Manuel Pinheiro Freitas e Elizabeth das Chagas Sousa. (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

ATOS, RESOLUÇÕES E OUTROS EXPEDIENTES

PROVIMENTO Nº 01/2022/CGJCE

Dispõe acerca da alteração do conteúdo do Anexo III do Código de Normas Judiciais (Provimento nº 02/2021/CGJCE), referente ao Relatório de Inspeção Judicial Interna – Primeiro Grau.

O DESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO a competência atribuída ao Corregedor-Geral da Justiça de editar atos normativos para orientar e fiscalizar os juízes de primeiro grau, juízes de paz e servidores, nos termos do art. 39 e 41, I e V, “a” da Lei Estadual nº 16.397, de 14 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 64 ao 76 do Provimento nº 02/2021/CGJCE, que regulamenta os critérios e procedimentos a serem adotados pelos magistrados durante as inspeções judiciais anuais realizadas no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Ceará;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o conteúdo do formulário eletrônico referente ao **Relatório de Inspeção Judicial Interna – Primeiro Grau**, constante do ANEXO III do Provimento nº 02/2021/CGJCE, o qual passará a vigorar conforme o ANEXO ÚNICO deste normativo.

Art. 2º Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça, Fortaleza-CE, 10 de fevereiro de 2022.

DESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

**ANEXO ÚNICO – PROVIMENTO Nº 01/2022/CGJCE**

ANEXO III – RELATÓRIO DE INSPEÇÃO JUDICIAL INTERNA – PRIMEIRO GRAU (art. 74 do Provimento nº 02/2021/CGJCE)

ANO	
-----	--

DA UNIDADE JUDICIÁRIA	
Comarca/Juízo:	
Unidade Judiciária:	
Competências:	

DA INSPEÇÃO	
Número da Portaria:	
Data de Publicação da Portaria:	
Data da Abertura da Inspeção	
Data de Encerramento da Inspeção:	
Observações:	

DO(A) MAGISTRADO(A)					
Nome:					Matrícula:
Data do Exercício:		Tipo de Exercício:		() Titular () Auxiliar () Respondência	
Exercício Cumulativo?		Em caso afirmativo, quais as comarcas/varas em que possui exercício cumulativo?			
Sim () Não ()					
Tempo na Comarca: ____ ano(s) e ____ mês (es)					
Exerce a função de Diretor do Foro?		Sim () Não ()		Exerce atualmente a função de Juiz Eleitoral? Sim () Não ()	
O juiz exerce atividade de magistério?				() Sim () Não	

Caso o magistrado(a) exerça atividades de magistério, responder as questões abaixo:

Instituição:	
Turno:	() Manhã () Tarde () Noite
Dias:	() Segunda () Terça () Quarta () Quinta () Sexta () Sábado () Domingo
Há outro Juiz na Vara?	() Sim () Não

Caso exista outro magistrado na unidade judicial, responder a seção abaixo:

OUTRO (A) MAGISTRADO(A)					
Nome:					Matrícula:
Data do Exercício:		Tipo de Exercício:		() Titular () Respondência () Auxiliar () Auxiliar Exclusivo	
Exercício Cumulativo?		Em caso afirmativo, quais as comarcas/varas em que possui exercício cumulativo?			
Sim () Não ()					

DO (A) SUPERVISOR (A) DA UNIDADE JUDICIAL				
Nome:			Matrícula:	
Data de exercício:		Servidor Efetivo?	Sim ()	Não ()
Observações:				

DO (A) ASSISTENTE DE UNIDADE JUDICIAL				
Nome:			Matrícula:	
Data de exercício:		Servidor Efetivo?	Sim ()	Não ()
Observações:				

DO QUADRO DE PESSOAL				
Quantidade de Servidores Efetivos:			Lotação Paradigma da unidade:	
() Analista Judiciário () Técnico/ Auxiliar Judiciário () Oficial de Justiça () Outros				
Terceirizado		Sim ()	Não ()	Quantos?
Servidor cedido		Sim ()	Não ()	Quantos?
Indicar a esfera pública a que pertence o servidor cedido			Municipal ()	Estadual () Federal ()
Há convênio vigente com Órgão Público para cessão de servidores?			Sim ()	Não ()
Relacionar todos os servidores cedidos (caso possua):				
Nome:			Cargo:	



PARTE I - DIAGNÓSTICO

Data da extração dos dados: _____

DO ACERVO PROCESSUAL

1 Quantidade de processos em tramitação (Pendente de Baixa): _____
Observações: _____

2 Quantidade de processos inspecionados: _____
Observações: _____

3 Quantidade de processos julgados no ano _____
Observações: _____

4 Quantidade de processos suspensos _____
Observações: _____

5 Quantidade de processos conclusos para Sentença _____
Relacione os 10 (dez) processos mais antigos: _____ Data da Conclusão _____ Assinale prazo razoável para julgamento: _____

6 Quantidade de processos paralisados há mais de 100 (cem) dias: _____
Observações: _____

7 Quantidade de cartas precatórias, rogatória ou de ordem pendentes de cumprimento
Até 30 dias: _____
Mais de 30 dias: _____

8 Quantidade de processos em tramitação de réus presos? _____

9 Relacione os 10 processos mais antigos da unidade* _____
Nº do processo: _____ Data da distribuição: _____

DAS AUDIÊNCIAS

10 Está sendo observado o disposto no Art. 201 do CPP e Resolução 154/2012/CNJ? _____
11 Quantidade de processos aguardando designação de audiências _____
Providências adotadas: _____

DO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS

12 Relacione os 10 processos em que foi realizada a cobrança das custas finais conforme arts. 398 a 409 do Provimento 02/2021/CGJCE.) _____

DAS METAS ESTABELECIDAS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

Taxa de Congestionamento Percentual atingido _____
Meta 01/CNJ Percentual atingido _____

			Inaplicável
Meta 02/CNJ	Total de processo		()
	Total de processos a serem julgados até dezembro para atingir a meta*		
Meta 04/CNJ	Total de processos		()
Meta 06/CNJ	Total de processos		()
Meta 08/CNJ	Total de processos		()

*Total de processos a serem julgados até dezembro para atingir a meta = Total de processos da meta na unidade - (20% do total de processos da meta em janeiro do corrente ano).

**DA UNIDADE JUDICIAL**

Há condições de Acessibilidade nos termos da Resolução nº 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça?	Sim ()	Não ()
Há vigilância 24h presencial ou remota?	Sim ()	Não ()
Há bens móveis sem a devida identificação de patrimônio (número tombo)?	Sim ()	Não ()
Há bens inservíveis, assim considerados aqueles ociosos, obsoletos, antieconômicos ou irrecuperáveis?	Sim ()	Não ()

DAS ARMAS E BENS RECOLHIDOS/APREENDIDOS

Há bens apreendidos com valor acima de 1 (um) salário-mínimo na unidade judiciária?	Sim () Não ()
Descrição dos veículos/motos	Número do processo

DAS VIDEOCONFERÊNCIAS

Total de audiências realizadas por videoconferência nos últimos 12 meses? _____	() Nenhuma	Inaplicável ()
---	-------------	--------------------

DA ALIMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES NOS SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

Competências	Sistemas	Informação
Competência em Cível e Juizado Especial Cível	Cadastro Notas Técnicas (e-natjus) – Res. 107/2010	() Data da última informação prestada __/__/__ () Inaplicável
Competência Criminal	Banco Nacional de Monitoramento de Prisão 2.0 (BNMP 2.0)	() Data da última informação prestada __/__/__ () Inaplicável
	Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) – Res. 63/2008	() Data da última informação prestada __/__/__ () Inaplicável
	Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI) - Res. 172/2013	() Data da última informação prestada __/__/__ () Inaplicável
	Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC) – Res. 213/2015	() Data da última informação prestada __/__/__ () Inaplicável
	Sistema Nacional de Videoconferência (VC) – Res. 105/2010	() Data da última informação prestada __/__/__ () Inaplicável
	Sistema Nacional de Controle de Interceptações (SNCI) – Res. 207/2016	() Data da última informação prestada __/__/__ () Inaplicável
Competência em Juizado Especial Criminal	Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) – Res. 63/2008	() Data da última informação prestada __/__/__ () Inaplicável



Competência em Infância e Juventude	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)	() Data da última informação prestada ___/___/___ () Inaplicável
	Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL_NOVO)	() Data da última informação prestada ___/___/___ () Inaplicável
	Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Internação e Semiliberdade (CNIUIS) – Res. 77/2009	() Data da última informação prestada ___/___/___ () Inaplicável
Competência em Execuções Penais	Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais (CNIEP) – Res. 47/2007)	() Data da última informação prestada ___/___/___ () Inaplicável
	Sistema Mutirão Carcerário (SMC) – Lei nº 12106/2009	() Data da última informação prestada ___/___/___ () Inaplicável
	Banco Nacional de Monitoramento de Prisão 2.0 (BNMP 2.0)	() Data da última informação prestada ___/___/___ () Inaplicável
Competência em Fazenda Pública	Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI) - Res. 172/2013	() Data da última informação prestada ___/___/___ () Inaplicável
Comum a todas as competências	Justiça Plena	() Data da última informação prestada ___/___/___ () Inaplicável
	Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) – Res. 63/2008	() Data da última informação prestada ___/___/___ () Inaplicável

DAS MENSAGENS NO SISTEMA HERMES – MALOTE DIGITAL

Quantidade de documentos não lidos no Malote Digital da unidade judiciária?	
Motivo:	
Data da mensagem não lida mais antiga no Malote Digital da Unidade judiciária	___/___/___
Total de Malotes Digitais recebidos no ano corrente	

DO ACESSO DO MAGISTRADO NAS FERRAMENTAS ELETRÔNICAS

O Magistrado possui senha de acesso ativa para as seguintes ferramentas eletrônicas?	Sim	Não
Sistemas Hermes – Malote Digital		
Sistema de Automação Judicial Administrativo (SAJADM)		
Sistema de Restrições Judiciais de Veículos Automotores (RENAJUD)		
Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (SISBAJUD)		
Informações ao Judiciário (INFOJUD)		
Sistema de cadastramento de Ofícios Requisitórios e Cálculos Judiciais de Precatórios (SAPRE)		
Coletor Estatístico Pai Presente (CEPP)		
Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU)		
Sistema de Informações Eleitorais (SIEL)		
Sistema Integrado de Atualização da Situação do Eleitor (PÓLIS)		
Sistema de Controle de Selos Judiciais (SELOJUD)		
Sistema de Buscas de Juizados Especiais (SBJE)		
Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI)		
SerasaJUD		



Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB)		
Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais (CRCJUD)		

PARTE II – APURAÇÃO DOS RESULTADOS

Responder as perguntas que se seguem 60 dias após o término dos trabalhos inspeccionais.

Data da extração dos dados:	
-----------------------------	--

DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Comarca/Juízo:	
Unidade Judiciária:	
Competências:	

DA INSPEÇÃO

Número da Portaria:	
Data de Publicação da Portaria:	

1	Quantidade de Processos Paralisados há mais de 100 dias	
2	Quantidade de Processos Concluídos para Sentença	
3	Quantidade de Processos Julgados no ano	
4	Quantidade de Processos com Réu Preso	

5	Relacione os 10 processos mais antigos da unidade	
	Nº do processo:	Data da distribuição:
	01	
	02	
	03	
	04	
	05	
	06	
	07	
	08	
	09	
	10	

6	Das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ	
---	---	--

Taxa de Congestionamento	Percentual atingido	
Meta 01/CNJ	Percentual atingido	

Meta 02/CNJ	() Total de processos	() Inaplicável
Meta 04/CNJ	() Total de processos	() Inaplicável
Meta 06/CNJ	() Total de processos	() Inaplicável
Meta 08/CNJ	() Total de processos	() Inaplicável

7	Quais as providências adotadas quanto a destinação dos bens apreendidos (Artigos 264 a 285 do Provimento nº 01/2020//CGJ/CE)	() Inaplicável
---	--	-----------------

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS
